

Veja quem são os novos Diretores de Base do Sintunesp

No dia 12 de julho, o Sintunesp promoveu eleições para escolher Diretores de Base nas unidades em que as vagas não foram preenchidas nas eleições gerais de outubro do ano passado. O mandato dos eleitos é de 10/08/2007 a 13/11/2009.

A atuação do Diretor de Base é fundamental para a categoria. Tendo em vista a vasta distribuição geográfica da Unesp, cabe a ele ser o elo entre os servidores e o Sindicato, repassar informações, preparar assembleias e reuniões, conversar com os colegas... enfim, trabalhar pela organização e mobilização da unidade, sempre tendo em vista os interesses dos trabalhadores. Periodicamente, os Diretores de Base participam de uma reunião em São Paulo, que discute os problemas de cada unidade e delibera propostas que serão postas em prática pela Diretoria Colegiada.

Abaixo, confira a lista oficial dos companheiros eleitos:

Araraquara/FO:	Thelma Aparecida Gomes (<i>Titular</i>) Célia Regina Fachine S. Silva (<i>Suplente</i>)
Assis/FCL:	Elza Manoel Figueiredo (<i>T</i>) Ana Edna Rodrigues Borba (<i>S</i>)
Guaratinguetá/FE:	Maurílio Alencar de Souza (<i>T</i>) João Inácio Costa Pinto (<i>S</i>)
Jaboticabal/FCAV:	Antônio Carlos Homem (<i>T</i>) Ângela Regina Arduíno (<i>S</i>)
Rio Claro/IB:	Maurício Gama Cirilo (<i>T</i>) Mauro Henrique (<i>S</i>)
São Paulo/IA:	Maria Joaquim de Souza (<i>T</i>) Vera Lúcia Cozani Gonçalves (<i>S</i>)

No site do Sintunesp (www.sintunesp.org.br), confira o quadro completo da votação, com o total de votantes, número de votos obtidos etc.

Prazo para recursos

De acordo com o § único do Artigo 55 do Estatuto do Sintunesp, qualquer recurso em relação aos resultados pode ser feito no prazo de 48 horas a contar da fixação dos resultados. O recurso deve ser endereçado à Comissão Eleitoral. A posse acontece no próximo dia 10 de agosto.

Agradecimentos

O Sintunesp agradece aos servidores que compuseram as comissões eleitorais locais pelo empenho e dedicação. Alguns deles não têm cargo na entidade, mas mesmo assim deram o melhor de si para que o pleito fosse realizado. O muito obrigado da entidade a todos:

Araraquara/FO - Sueli de Fátima M. Falcoski
Assis/FCL - Vera Lúcia Truchlaef e Paulo Sérgio Ramão
Guaratinguetá/FE - Denise Floriano da Silva e Flávio Domingos
Jaboticabal/FCAV - Tarciso Philadelpho Carneiro
Rio Claro/IB - Cinara Maria Siqueira Rovai e Marilene G. Bertanha
São Paulo/IA - Carlos Henrique Francisco e Sebastião Vitor de Castro

Comissão divulga proposta para o Esunesp. Sindicato pede prorrogação do prazo para debates e sugestões

A Comissão designada pelo CADE para rever e atualizar o Estatuto dos Servidores Técnicos e Administrativos da UNESP (Esunesp) já encaminhou a sua proposta. O texto deverá ser analisado pela

comunidade acadêmica até o dia 10 de agosto, prazo estipulado para o envio de sugestões. Devido à importância do assunto, que diz respeito diretamente à vida funcional da categoria, o Sintunesp considera o prazo muito curto (além do fato de muitos servidores estarem em férias) e vai solicitar ao CADE a sua prorrogação. Além disso, a entidade está estudando as propostas apresentadas pela Comissão.

As sugestões devem ser enviadas para o endereço eletrônico do servidor Ademir Machado dos Santos, membro da Comissão: ademir@feg.unesp.br.

A Comissão esclarece que a revisão/atualização do Esunesp proposta levou em consideração as alterações introduzidas pelas Constituições Federal e Estadual e suas emendas, bem como as legislações pertinentes ao assunto.

Os membros da Comissão colocam-se à disposição para esclarecimentos:

Ademir – FE/Guaratinguetá – (12) 31232818

Bonilha – FO/Araçatuba – (18) 36363215/3338

Prof. Tato – FCT/Presidente Prudente – (18) 32295388

Vani – Reitoria/CRH – (11) 56270590

Eleições aos Órgãos Colegiados Centrais

Sindicato e Associações divulgarão novas datas em breve

O Sintunesp e as Associações de Servidores envolvidas no processo de montagem do “Chapão de Entidades”, para concorrer nas eleições aos Órgãos Colegiados Centrais da Unesp, definiram o período em que ocorrerão as prévias. Elas serão realizadas na segunda quinzena de agosto, em todas as unidades. Na primeira quinzena de setembro, a partir do resultado das prévias, será montado o “Chapão”. As datas e demais detalhes do processo serão divulgados em breve.

As eleições oficiais para os Órgãos Colegiados Centrais da Unesp (CO, CADE, CEPE, CCEU, CCG, e CCPG), convocadas pela Universidade, ainda não têm data definida.

Como aconteceu nos últimos pleitos, Sintunesp e Associações de Servidores estão se reunindo, num processo democrático e amplamente divulgado, para montar uma chapa de candidatos comprometidos com os interesses da categoria. Nas reuniões, foram definidos os princípios que deverão nortear a composição do “Chapão” (*confira na edição de junho do Jornal do Sintunesp e no site da entidade*). Foi elaborado um Termo de Compromisso para todos os envolvidos. Nas eleições oficiais, Sintunesp e Associações envolvidas apoiarão somente os companheiros eleitos nas prévias e que concordarem com estes termos.

SPPrev

Reitoria divulga ofício para tranquilizar a comunidade, mas dúvidas permanecem

A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) da Unesp divulgou um ofício para esclarecer alguns pontos relativos à recente criação, pela Assembleia Legislativa de SP, da São Paulo Previdência (SPPrev). Alegando que a SPPrev ainda está em fase de estruturação, razão pela qual a Reitoria da Unesp ainda não pode se posicionar mais amplamente, a PRAD afirma que “a criação da SPPrev não traz nenhuma alteração nas regras de cálculo e concessão de aposentadorias, assim como não interfere em aposentadorias e pensões já concedidas”.

No entanto, como apontou a última edição do **Jornal do Sintunesp** (junho/2007), que pode ser conferida em www.sintunesp.org.br, muitas dúvidas ainda estão pendentes. Embora as alíquotas sejam mantidas em 11%, nada garante que o governo não venha a editar novas leis para aumentá-las. Outra dúvida séria, à qual a PRAD sequer faz referência, diz respeito à exigência de que o governo (e, por consequência, as universidades estaduais) passe a contribuir com o dobro da contribuição do servidor, ou seja, 22%. Como ficariam as já apertadas contas das universidades?

No site do Sintunesp, leia parecer do Jurídico do Sindicato sobre a SPPrev.

Governo Lula propõe mudar o modelo de gestão do setor público

Objetivo é criar fundações privadas para gerir os serviços estatais e acabar com a estabilidade do servidor

O governo Lula tornou pública a intenção de acabar com a estabilidade do servidor público. Para isso, já enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que cria a figura jurídica da fundação estatal de direito privado. Por meio dessa manobra, poderiam ser contratados servidores sem as mesmas garantias concedidas atualmente ao funcionalismo público. Tais fundações poderão aplicar aos servidores públicos as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela qual o funcionário "ineficiente" pode ser demitido. O projeto já estava previsto desde a reforma administrativa do governo Fernando Henrique, mas havia sofrido forte reação do PT na época.

Segundo o ministro do Planejamento do governo Lula, Paulo Bernardo, o objetivo é "dar mais agilidade, eficiência e rapidez no atendimento à população" (*Jornal do Comércio*, 13/7/2007). A declaração não poderia ser mais cínica: o governo Lula desvia boa parte da riqueza nacional, que deveria ser investida na melhoria dos serviços prestados à população, para os banqueiros nacionais e estrangeiros. O resultado é um verdadeiro sucateamento da saúde, da educação etc. Obviamente, é mais fácil jogar a culpa pelas deficiências dos serviços públicos nas costas do servidor.

O governo pretende começar a "experiência" nos hospitais públicos federais tão logo o projeto de lei seja aprovado no Congresso. Em seguida, a idéia seria expandida para outras áreas do serviço público. A princípio, a proposta valeria para os dez hospitais que, hoje, são subordinados ao Ministério da Saúde - nove no Rio e um em Porto Alegre - e para os 48 hospitais universitários de instituições federais, mas poderá ser adotada também por estados e municípios, totalizando cerca de 2.500 unidades.

Embora garanta que não haverá mudança para os funcionários públicos que já ingressaram na carreira, é claro que as novas regras de contratação devem precarizar progressivamente as relações de trabalho nos hospitais universitários, numa verdadeira privatização disfarçada. O controle dos HU's pelas fundações pode comprometer, ainda, o caráter principal destes órgãos, que é de ensino e pesquisa, bem como facilitar o atendimento via planos privados.

O governo Serra já demonstrou sua satisfação com a iniciativa do governo federal. O secretário de Gestão de São Paulo, Sidney Beraldo, disse que a fundação estatal tem a simpatia do governo paulista.

As entidades que compõem o Fórum das Seis (entre elas, o Sintunesp) já estão estudando o projeto de lei enviado ao Congresso pelo governo Lula, a fim de propor à categoria uma reação a esta iniciativa do governo. Fique atento ao debate!

Novos ataques aos trabalhadores

TCE diz que contratações pós-2004 são ilegais

Uma matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 19/6/2007, intitulada "TCE anula contratações em universidades", trouxe preocupação aos trabalhadores da Unesp, USP e Unicamp. A matéria informa que o Tribunal de Contas do Estado está questionando as contratações feitas após 2004. O TCE diz que a autonomia administrativa não isenta os reitores da lei que paira sobre os outros setores públicos. O TCE diz, ainda, que só considera válidas as admissões feitas antes de 2004 ou, depois disso, somente para vagas aprovadas pela Assembléia Legislativa.

As universidades estão recorrendo da decisão e afirmam que as contratações são legais.

Em parecer elaborado para esclarecer o assunto, os advogados do Sintunesp afirmam que "nos casos de substituição de cargos já existentes e legalmente criados", não é ilegal o "preenchimento decorrente das eventuais vagas por força de aposentadoria, falecimento, demissão ou exoneração".

O Fórum das Seis está discutindo o assunto e pede audiência urgente com o Cruesp para esclarecer o problema. O Sintunesp e a Adunesp também estão solicitando à Reitoria da Unesp que receba as entidades para prestar esclarecimentos.

Em www.sintunesp.org.br, confira a íntegra do parecer jurídico dos advogados do Sintunesp